

## **SUBSECRETARIA DA SEGURANÇA MULTIDIMENSIONAL**

A Subsecretaria da Segurança Multidimensional foi criada mediante Ordem Executiva 05-13 Rev. 1. É constituída pela Secretaria Executiva da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas, a Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo e o Departamento de Segurança Pública.

### **Secretaria Executiva da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas**

A Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), estabelecida pela Assembléia Geral em 1986, tem por base os princípios e objetivos enunciados no Programa Interamericano de Ação do Rio de Janeiro contra o Consumo, Produção e Tráfico Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas. Sua Secretaria Executiva foi criada, em nível departamental, pela Ordem Executiva N°05-13 Rev. 1.

O programa de combate às drogas da CICAD, de que se encarrega a Secretaria Executiva, é dividido nas seguintes áreas: Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM), Redução da demanda, Redução da oferta e desenvolvimento alternativo, Desenvolvimento jurídico, Fortalecimento institucional e Observatório Interamericano sobre Drogas. Para melhor focalizar suas atividades de capacitação e estudos de especialização, foi criada em 2005 a Seção de Desenvolvimento Educacional e Pesquisa.

#### *Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM)*

A Comissão examinou e aprovou, em seu Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões, realizado em São Domingos, República Dominicana, de 26 a 29 de abril de 2005, os relatórios sobre os 33 países e o Relatório Hemisférico da Terceira Rodada de Avaliação (2003-04) do MAM. Também se recomendou que uma delegação da CICAD visitasse Antígua e Barbuda para assegurar sua participação no processo do MAM. Essa visita ocorreu em agosto e conseguiu do governo daquele país o compromisso de renovar sua participação, o que foi cumprido.

Foi elaborada e lançada uma estratégia de promoção do MAM e seus benefícios para os governos, uma vez que o êxito do processo depende de múltiplas instâncias governamentais para que se possa recolher as informações solicitadas.

O Grupo de Peritos Governamentais (GPG) do MAM se reuniu em Washington, D.C., em outubro de 2005, para discutir e avaliar os indicadores, procedimentos e prazos do processo do MAM, bem como para elaborar recomendações para o aperfeiçoamento do Mecanismo. O GPG concluiu suas recomendações em fevereiro de 2006, já que a Quarta Rodada de Avaliação (2004-06) será iniciada em meados deste ano. Em novembro, o GPG analisou as informações apresentadas pelos países sobre o andamento da implementação das recomendações formuladas na Terceira Rodada.

#### *Redução da demanda*

O Programa de Redução da Demanda prioriza, por meio de seus programas e projetos, a capacitação de profissionais nos campos da prevenção e tratamento do uso indevido de drogas e do fortalecimento das instituições que se ocupam desses temas. O Grupo de Peritos em Redução da Demanda preparou e lançou a publicação *Es Hora de Prevenir: Lineamientos Hemisféricos de la CICAD en Prevención Escolar*, com a finalidade de fixar diretrizes claras nesta área prioritária. Também foram estabelecidos dois eixos de colaboração: com o Lions Clube Internacional, para promover seu programa de habilidades para a vida, e com o Centro de Informação de Estratégia Nacional (NSIC) dos Estados Unidos para o programa “Cultura da Legalidade”.

A CICAD assinou um acordo de cooperação horizontal com o Conselho Nacional para o Controle de Entorpecentes (CONACE) do Chile. Esse acordo tem por objetivo desenvolver um programa de colaboração mútua para apoiar os programas de prevenção escolar dos países das Américas. O CONACE irá oferecer experiência no campo a sua equipe de especialistas.

#### *Redução da oferta*

Na área de redução da oferta foram oferecidos múltiplos cursos de capacitação no controle de drogas e precursores químicos, de que participaram funcionários de alfândega, policiais e portuários. Em 2005, a CICAD continuou a apoiar a Academia de Inteligência Antidrogas, com sede em Lima, por meio dos seminários de capacitação em temas relacionados com inteligência operacional e estratégica. Também foi realizado um curso para promotores na América Central.

Com a finalidade de melhorar o controle da distribuição e uso de substâncias químicas e produtos farmacêuticos, os dois grupos de peritos que se ocupam desses temas apresentaram recomendações pormenorizadas aos países. Outro grupo de peritos continuou a se ocupar da área de portos e vias marítimas para o transporte de drogas ilícitas.

#### *Desenvolvimento alternativo*

A Unidade de Oferta e Desenvolvimento Alternativo executa e coordena programas de desenvolvimento, compreendidos em um contexto de desenvolvimento alternativo integral e sustentado, em regiões de produção de cultivos ilícitos, tais como a Bolívia, a Colômbia e o Peru.

A CICAD participou de uma aliança inovadora entre a Agência de Desenvolvimento Internacional do Governo dos Estados Unidos (USAID), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a indústria do chocolate representada pela Fundação Mundial do Cacau (WCF). Trata-se da ACCESO (Andean Countries' Cocoa Export Support Opportunity), que criará uma rede andina de cacau para aumentar a competitividade e a produtividade dos produtores de cacau da Colômbia, Equador, Peru e Bolívia.

Foi concluído em 2005 um estudo sobre o programa de aspersão aérea na Colômbia, que analisou o impacto desse programa na saúde humana e no meio ambiente. Também foi realizado um estudo em profundidade sobre o impacto de vários tipos de herbicidas usados no processamento e refinamento da cocaína e da heroína. Ambos os relatórios foram apresentados ao Governo colombiano e discutidos em diversos foros científicos, além de terem sido distribuídos via Internet.

#### *Desenvolvimento jurídico*

O Programa de Desenvolvimento Jurídico dispensou atenção ao controle de armas de fogo, suas peças, componentes e munições, por meio de emendas ao Regulamento Modelo, destinadas a fortalecer os controles sobre as atividades dos intermediários de armas. Esses esforços se baseiam na Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA).

#### *Controle de lavagem de ativos*

Um projeto conjunto BID-CICAD colaborou na capacitação e prestação de assistência técnica. Organizou e implementou diversos workshops para juízes e promotores, simulações de julgamentos sobre lavagem de ativos, cursos de especialização para policiais, agentes alfandegários e promotores, com a finalidade de rastrear os fluxos de ativos resultantes do tráfico ilícito de drogas.

O programa de fortalecimento das unidades de inteligência financeira atingiu suas metas na América do Sul e teve seqüência na América Central, mediante a tentativa de aí estabelecer essas unidades e capacitar suas equipes de profissionais. Com a participação das Nações Unidas, avaliou-se a viabilidade da criação de um programa interativo de capacitação na América Central. O Grupo de Peritos se reuniu para considerar temas como crime organizado, técnicas especiais de pesquisa, perdimento de bens, cooperação internacional e lavagem de ativos como delito penal.

#### *Fortalecimento institucional*

Em 2005, o programa de fortalecimento das Comissões Nacionais Antidrogas apoiou os países andinos na concepção e colocação em funcionamento de seus Observatórios Nacionais sobre Drogas e intensificou o projeto de descentralização das Estratégias Nacionais Antidrogas para os municípios, com a contribuição do Governo da Espanha. Esse projeto oferece cooperação aos escritórios centrais das Comissões Nacionais e dos municípios selecionados, na capacitação e equipamento das unidades destinadas à descentralização e na elaboração de planos municipais de prevenção do uso indevido de drogas.

#### *Desenvolvimento educacional e pesquisa*

Com oito anos de experiência, essa nova unidade conseguiu incorporar aos programas de graduação e pós-graduação de 16 escolas de enfermagem da América Latina importantes componentes do problema das drogas e ministrou essa capacitação a um total de 15.000 estudantes. Este modelo de colaboração vem sendo aplicado a outros tipos de educação superior: escolas de saúde pública, educação e medicina.

Foi assinado um memorando de entendimento com o Brasil para prestar apoio aos Estados membros interessados na introdução nos currículos das universidades de temas relacionados com o abuso de drogas; na implementação de programas de capacitação em pesquisa on-line para profissionais da saúde e áreas correlatas; e num estudo piloto sobre drogas, mulheres e violência, que terá a participação de 23 universidades de 11 países do Hemisfério.

#### *Observatório Interamericano sobre Drogas*

A unidade de estatística, pesquisa e informação da CICAD, o Observatório Interamericano sobre Drogas (OID), preparou novas metodologias de pesquisa sobre o consumo de drogas (SIDUC) para domicílios, estudantes universitários e pacientes em centros de reabilitação e em salas de emergência e prestou assistência técnica e financeira a diversas pesquisas sobre o consumo de drogas em 13 países. Foi publicado o Resumo Estatístico sobre Drogas 1994-2004, com informações sobre apreensões de drogas, produtos químicos e imóveis, erradicação de cultivos e pessoas detidas por delitos relacionados com drogas, além de um estudo comparativo do consumo de drogas baseado em pesquisas entre estudantes em cidades capitais da América Latina. Em sua fase piloto, o programa destinado a ajudar os Estados membros a avaliar o custo humano, social e econômico das drogas elaborou uma série de estimativas de custo nos sete países. Na Cúpula das Américas foi apresentado um relatório analítico e um manual de metodologias.

#### **Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo**

A Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) foi criada, em nível de departamento, pela Ordem Executiva 05-13, Rev. 1.

O programa de assistência técnica e capacitação especializada do CICTE vem sendo consolidado desde 2005. Com mais de 20 entidades associadas, no âmbito da OEA e externamente, aumentou substancialmente o volume dos programas, ao mesmo tempo em que foram abordadas novas esferas do

Plano de Trabalho. Também o serviço de assistência e consulta legislativa, administrado de maneira conjunta com o Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime, continuou a prestar assessoramento prático aos Estados membros na revisão de sua legislação de combate ao terrorismo e ao financiamento do terrorismo, para que seja coerente com as obrigações impostas por tratados internacionais e com os requisitos das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esse trabalho torna-se especialmente importante à medida que mais países ratificam a Convenção Interamericana contra o Terrorismo e as convenções das Nações Unidas contra o terrorismo que lhe servem de base. Até esta data, 17 Estados membros ratificaram a Convenção Interamericana e 16 ratificaram as 12 convenções internacionais contra o terrorismo. A décima terceira convenção, referente ao terrorismo nuclear, foi aberta a assinatura em setembro.

### *Segurança portuária*

Em parceria com a Administração Marítima dos Estados Unidos, a Organização Marítima Internacional e a Universidade Marítima Mundial, ministrou-se no ano passado capacitação na aplicação do Código ISPS sobre segurança portuária a 158 funcionários de segurança portuária de 30 Estados membros. Como cada vez mais Estados membros adquiriram condições de certificar o cumprimento do Código, foram incluídos novos cursos para instrutores em segurança portuária e capacitação mais especializada em inspeção de contêineres. Os portos dos Estados membros despacham 600.000 contêineres por ano somente para os Estados Unidos, motivo por que se considera que a maior segurança dos contêineres constitui um elemento essencial para que se mantenha um fluxo de comércio seguro e eficiente. Além disso, foi iniciado um programa de avaliação de segurança portuária em profundidade para quatro sistemas portuários nacionais, ademais de terem sido formuladas recomendações específicas e ministrada capacitação individualizada a cada um deles. Foi iniciada neste ano uma série de visitas de acompanhamento, a fim de se determinar a eficácia dessa capacitação.

### *Segurança de aeroportos*

O programa de segurança de aeroportos é paralelo ao de segurança dos portos. A elaboração de um Memorando de Entendimento com uma agência contratante representou um trabalho mais longo do que era previsto. Em colaboração com a Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) e com a Administração de Segurança do Transporte dos Estados Unidos, foram capacitados 81 funcionários de segurança de aeroportos de 24 Estados membros, em aspectos essenciais das normas de segurança da OACI. Também se prestou apoio a um seminário da OACI destinado a proporcionar aos Estados membros melhores condições de aplicar os novos requisitos, de 2006, do programa de inspeção de bagagem de mão Hold Baggage Screen (HBS). A assistência do CICTE possibilitou que participassem da reunião mais de 21 de Estados membros que, do contrário, não teriam podido participar.

### *Segurança de alfândegas e fronteiras*

Os Estados membros reconheceram o fato de que o fortalecimento dos sistemas de controle de alfândegas e fronteiras é um elemento essencial não somente para deter o movimento de terroristas e materiais perigosos, mas também para adquirir maior capacidade de fazer frente ao problema do contrabando de todo tipo e a possíveis atividades de tráfico de seres humanos. Uma estreita colaboração entre autoridades alfandegárias, de imigração e policiais é essencial para um eficiente controle de fronteiras, razão pela qual, em colaboração com a Organização Internacional para as Migrações, foi iniciada uma série de estudos gerais nessa área, dos quais cinco foram realizados em 2005. Nesses estudos oferecem-se recomendações pormenorizadas aos Estados membros para o melhoramento de seus sistemas de controle de fronteiras. Pelas mesmas razões ministrou-se capacitação em mecanismos de elaboração e administração de programas de integridade profissional a 121 funcionários de alfândegas e outros serviços de aplicação da lei de 18 Estados membros. Finalmente, num workshop conjunto do CICTE, da

CICAD e do CCALA, foram capacitados 17 funcionários de alfândegas e aplicação da lei da CARICOM e dois do Haiti. O Departamento de Segurança Interior dos Estados Unidos prestou apoio chave a essa atividade, inclusive acesso às instalações de Port Everglades, para um trabalho de capacitação prática. Todos esses programas ajudam os Estados membros a elaborar uma doutrina operacional comum e a aperfeiçoar essa colaboração.

#### *Legislação e assistência jurídica*

O serviço de assistência legislativa e jurídica formulou um enfoque claramente diferenciado e eficaz para colaborar com os Estados membros na conciliação dos complexos problemas que implica a aplicação de um conjunto de acordos internacionais e normas legais nacionais. Para começar, foram organizadas reuniões sub-regionais para familiarizar os Governos dos Estados membros com os requisitos e as conseqüências dessas convenções. Em seguida, foram oferecidos workshops a Estados membros, individualmente considerados, para exame da legislação vigente e das leis pendentes de promulgação. Finalmente, foi ministrada capacitação especializada a funcionários da área jurisdicional, tais como promotores, sobre procedimentos técnicos relacionados com as convenções. Foi realizada no ano passado uma reunião sub-regional sobre legislação antiterrorista, para seis Estados do Caribe Oriental, seis workshops nacionais sobre legislação antiterrorista e dois programas sub-regionais de capacitação em assistência judicial mútua em casos relacionados com terrorismo para promotores. Em todos esses programas trabalhou-se em estreita relação com outras entidades interessadas, como a CICAD, pertencente à família de entidades da OEA, e com o Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime, um importante parceiro nesses programas. Em 2006, esse programa será ampliado em colaboração com o Governo da Espanha.

#### *Segurança cibernética*

Em cooperação com o Governo do Brasil, foi realizada, em setembro de 2005, a Segunda Reunião de Peritos Governamentais em Matéria de Segurança Cibernética, em São Paulo, ocasião em que se deu forma final aos planos de implementação de uma rede de alerta na área de segurança cibernética para as Américas. Nas próximas semanas será iniciada a execução desse plano, estabelecendo inicialmente uma rede eletrônica de equipes de resposta a incidentes de segurança (ERIS) nacionais nos Estados membros e em seguida ministrando capacitação a operadores de ERIS dos Estados membros, à medida que sejam definidos.

#### *Outras iniciativas*

Colaborar com os Estados membros da região do Caribe na preparação da Copa Mundial de Críquete de 2007 continua a ser um objetivo altamente prioritário da Secretaria.

Em colaboração com o Bureau Federal de Investigações dos Estados Unidos (FBI), ministrou-se capacitação especial em negociação de reféns a 38 oficiais de polícia de 12 Estados da região do Caribe. O acompanhamento desse curso foi realizado por meio do segundo exercício anual de política antiterrorista. O cenário deste ano, na Jamaica, se baseou num incidente com tomada de reféns em um acontecimento esportivo.

Em cooperação com o Governo de Trinidad e Tobago foi realizado o primeiro seminário de inteligência antiterrorista para executivos de segurança da região do Caribe. Participantes da região do Caribe, da Argentina e da Colômbia apresentaram exposições não sigilosas sobre possíveis problemas da região e analisaram mecanismos de intercâmbio de informação útil. A Argentina dará prosseguimento a essa atividade este ano, com um curso para profissionais de inteligência.

O Governo da Argentina também realizou um seminário regional sobre assistência judicial e cooperação no combate ao terrorismo e prevenção do financiamento do terrorismo para 65 funcionários governamentais de 11 Estados membros. Os participantes analisaram mecanismos de melhoramento da colaboração mútua em assuntos judiciais entre juízes, promotores e a Polícia Judiciária. A Secretaria prestou apoio à participação da Unidade de Inteligência Financeira da Colômbia no exercício sobre tipologias do GAFI, a fim de propiciar debates sobre novas tendências no financiamento do terrorismo. O CICTE possui status de observador no GAFI.

A fim de estabelecer uma rede regional de grupos de estudo de temas relacionados com segurança, até esta data foram definidos e contatados mais de 80 desses grupos, além de se ter estabelecido um diálogo com entidades acadêmicas e profissionais interessadas. Renovou-se completamente a página na Internet, o que provocou um aumento considerável de visitantes e transferência de arquivos.

### **Departamento de Segurança Pública**

O Departamento de Segurança Pública foi criado mediante a Ordem Executiva 05-13 Rev.1, para centralizar e executar o trabalho de combate às novas ameaças à segurança constantes da Declaração sobre Segurança nas Américas, emitida em 2003. Iniciou suas atividades em 1º de março de 2006.

Uma vez que o Departamento não desenvolveu atividade alguma na maior parte do período a que se refere este relatório, as informações sobre muitas de suas áreas (criminalidade organizada transnacional e quadrilhas; armas de fogo, munições e explosivos; cooperação policial; e segurança especial dos pequenos Estados) são projetadas para o futuro. As informações sobre as atividades correspondentes às duas áreas do Departamento que antecedem sua criação (Remoção humanitária de minas e Tráfico de pessoas) são apresentadas a seguir.

#### *Remoção humanitária de minas*

O Programa de Ação Integral contra as Minas Antipessoal (AICMA) prestou assistência à Colômbia, Equador, Guatemala, Nicarágua, Peru e Suriname no período a que se refere este relatório. Um dos resultados a serem ressaltados é que o Suriname e a Guatemala, com o apoio do AICMA, concluíram seus programas de remoção humanitária de minas e se declararam livres de minas antipessoal em março e dezembro de 2005, respectivamente.

Colaborou-se diretamente nessa área com os esforços dos Estados membros beneficiários na remoção de quase 9.000 minas no decorrer de 2005. A Nicarágua – o país mais afetado da América Central – alcançou 90% de sua meta de eliminar todas as minas antipessoal espalhadas em seu território por ocasião do conflito armado interno. Prevê-se a conclusão do esforço principal da Nicarágua em fins de 2006 e o encerramento das operações de remoção de minas em meados de 2007.

Em 2005, foram realizadas operações de remoção de minas na fronteira entre o Peru e o Equador. Dando continuidade ao acordo de cooperação com o Governo da Colômbia, assinado em 2003, foi realizado um seminário sobre remoção humanitária de minas no primeiro trimestre de 2005, com vistas ao intercâmbio de lições aprendidas entre o programa e os diferentes organismos que atuam nessa área. Em outubro do ano passado, uma equipe de capacitadores do programa, com o apoio da Junta Interamericana de Defesa (JID), capacitou um grupo de 40 militares colombianos nas tarefas de localização, sinalização e limpeza de campos minados. Prevê-se a continuação em 2006 da remoção de minas de 33 outros campos minados que se acham sob jurisdição militar.

No propósito de atender às necessidades da população afetada, o AICMA continuou a oferecer apoio ao projeto de assistência a vítimas de minas e artefatos não-detonados. Este programa beneficiou aproximadamente 800 vítimas, localizadas principalmente na Nicarágua.

Finalmente, no que se refere ao trabalho de educação preventiva das populações afetadas por minas, o AICMA apoiou campanhas de sensibilização na Colômbia, Equador, Guatemala, Nicarágua e Peru, que divulgaram informações sobre o perigo das minas para mais de 200.000 pessoas que vivem em áreas afetadas. O conjunto de realizações do programa também foi publicado na imprensa local e internacional, com vistas à maior divulgação dessa iniciativa.

### *Combate ao tráfico de pessoas*

No período a que se refere este relatório prosseguiu a implementação dos mandatos das resoluções AG/RES. 2118 (XXXV-O/05), “Combate ao delito do tráfico de pessoas”, e CIM/RES. 225 (XXXI-O/02), “Combate ao delito do tráfico de pessoas, especialmente de mulheres, adolescentes e crianças”.

Juntamente com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), continuou-se a desenvolver a segunda fase do projeto contra o tráfico de pessoas no México e na Bolívia. Também para conscientizar a respeito do flagelo que representa o tráfico de pessoas e para que esse tema seja abordado no plano hemisférico, foram organizados workshops e seminários de capacitação e conscientização nos seguintes países: Belize (abril), Peru (abril), Bolívia (julho e outubro), Equador (agosto), Guatemala (setembro e dezembro) e México (março, maio e outubro). Esses seminários destinaram-se a representantes governamentais que atuam nessa área, advogados, diplomatas, policiais, funcionários de migração, organizações não-governamentais, adolescentes, meios de comunicação etc.

No Haiti, vem-se trabalhando em conjunto com a Unidade contra o Tráfico de Pessoas da Polícia Nacional do Haiti (PNH). O projeto contribuirá para a capacitação profissional da polícia, para o controle do uso dos recursos internacionais destinados à Brigada de Menores, bem como para a organização de atividades nessa área. Também se deu início ao projeto de pesquisa sobre o tráfico de pessoas no Haiti, que procurará determinar seu impacto no país.

Foram realizadas exposições em numerosos eventos internacionais, tais como os seguintes: Seminário de Conscientização e Capacitação para o Combate ao Tráfico de Pessoas, Lima, Peru, abril de 2005; Segundo Fórum Atlântico-Europa-América, Madri, Espanha, 13 de julho de 2005; Seminário de Capacitação, Quito, Equador, agosto de 2005; série de seminários sobre migração e tráfico internacional de seres humanos, Nações Unidas, Nova York, N.Y., 18 de outubro de 2005; Primeiro Congresso Latino-Americano das Forças de Segurança Policiais para Pessoas Desaparecidas, Santiago, Chile, 19 a 21 de outubro de 2005; reunião da Comissão Especial sobre Criminalidade Organizada Transnacional, Washington, D.C., fevereiro de 2006; reunião “O Tráfico de Pessoas e a Exploração Sexual Comercial Infantil”, Puebla, México, 1º de março de 2006; seminário “Tráfico Ilícito e Tráfico de Pessoas: A Necessidade de Legislar no Chile”, Santiago, Chile, 30 de março de 2006; Seminário de Capacitação, La Paz, Bolívia, 31 de março de 2006. Participou-se também do lançamento do Portal Eletrônico da Rede Latino-Americanos Desaparecidos, em La Paz, Bolívia, em 25 de novembro de 2005, e na Cidade de Belize, Belize, em 26 de abril de 2006, e da elaboração do Plano Estratégico 2005-10 do Centro Interamericano de Combate ao Desaparecimento, Exploração e Tráfico (CIDETT), Lima, Peru, em 2 e 3 de fevereiro de 2006.

Cumprir salientar, finalmente, que foi realizada de 14 a 17 de março de 2006 a “Reunião de Autoridades Nacionais em Matéria de Tráfico de Pessoas”, em Isla Margarita, República Bolivariana da Venezuela, em cumprimento ao mandato da resolução AG/RES. 2118 (XXXV-O/05).

### *Criminalidade organizada e quadrilhas*

Esta seção presta assistência técnica e jurídica os Estados membros no combate à criminalidade organizada. Em março de 2006 proporcionou-se apoio técnico à Presidência da Comissão Especial sobre Delinquência Organizada Transnacional na elaboração do Plano Hemisférico de Ação contra a Criminalidade Organizada Transnacional, com base em decisão tomada pela própria Comissão no sentido de que o Plano apresentasse um enfoque horizontal e abordasse todos os temas, em vez da visão temática original. A Comissão ainda continua, no momento em que se apresenta este relatório, a analisar o projeto do Plano de Ação. Uma vez aprovado pelos Estados membros, a seção será responsável pela coordenação da implementação dos mandatos que os Estados membros atribuam à Secretaria-Geral. A seção é responsável também pela prestação de assistência técnica no que se refere às quadrilhas, vistas como fenômeno independente da criminalidade organizada, como se percebe da resolução da Assembleia Geral AG/RES. 2144 (XXXV-O-05), “Promoção da cooperação hemisférica para o tratamento das quadrilhas”.

### *Armas de fogo, munições e explosivos*

Esta área será responsável pela implementação dos mandatos da Assembleia Geral sobre armas de fogo, munições e explosivos, bem como pelo fortalecimento dos objetivos e mandatos da Comissão Consultiva da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA). Também prestará assistência aos Estados membros nos assuntos vinculados a proliferação, tráfico, identificação, recolhimento, controle e destruição de armas de fogo, munições e explosivos e servirá como centro de informação e observação desses temas no Hemisfério.

### *Cooperação policial*

A Seção de Cooperação Policial se dedicará ao melhoramento da capacidade técnica das forças policiais da região mediante a colaboração em técnicas policiais, conhecimentos, melhores práticas, tecnologia e recursos humanos. A seção organizará seminários e workshops de capacitação, prestará assistência técnica às forças policiais e promoverá o intercâmbio de informações e o diálogo entre as forças policiais da região.

### *Segurança especial dos pequenos Estados*

Os pequenos Estados, especialmente os Estados insulares, possuem características peculiares que os tornam vulneráveis aos riscos e ameaças de natureza multidimensional e transnacional vinculados a assuntos políticos, econômicos, sociais, ambientais, geográficos e de salubridade. Nesse contexto, a cooperação multilateral constitui a maneira mais efetiva de responder a essas ameaças e preocupações comuns aos pequenos Estados, bem como de administrá-las. Esta seção se encarregará de prestar apoio a esses Estados na área da segurança pública, conforme disposto nas resoluções da Assembleia Geral sobre as preocupações especiais dos pequenos Estados insulares do Caribe.